



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/02/2026 a 28/02/2026

Assunto: "PEC DA SEGURANÇA" OR "PEC N. 18, DE 2025"

Documento 1/4

1.2026.N	Sessão Ordinária - CD	02/02/2026-16:44
Publ.: DCN - 02/02/2026 - 13	Hugo Motta-REPUBLICANOS -PB	
	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

O Presidente da Câmara dos Deputados discursou na Sessão Solene do Congresso Nacional para abertura dos trabalhos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura. Realizou a abertura dos trabalhos destacando a responsabilidade da Câmara no ano de seu bicentenário e defendendo uma agenda orientada por entregas e compromisso democrático. Fez um balanço de 2025, citando a aprovação da reforma do Imposto de Renda, a conclusão da reforma tributária e a criação do ECA Digital, além de pautas em segurança, economia e educação. Para o primeiro semestre, apontou a votação da Medida Provisória nº 1.313, de 2025, que altera a Lei nº 14.237, de 2021, para modificar a denominação do Auxílio Gás dos Brasileiros para Auxílio Gás do Povo, voltada a mais de 15 milhões de famílias, e a prioridade da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública, denominada PEC da Segurança Pública, com foco no combate ao feminicídio. Indicou o debate sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2025, que dá nova redação ao inciso XIII, do artigo 7º da Constituição Federal para dispor sobre a redução da jornada de trabalho para quatro dias por semana no Brasil, a denominada PEC da escala 6x1. Também ressaltou a análise do acordo Mercosul-União Europeia (UE), discussões sobre inteligência artificial, data centers e regulação do trabalho por aplicativos. Por fim, reafirmou a independência institucional e o diálogo entre Poderes.

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, meu querido amigo Senador Davi Alcolumbre; Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Edson Fachin; Exmo. Sr. Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que nesta ocasião representa o Presidente da República, Sr. Rui Costa; Exmo. Sr. 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Deputado Carlos Veras; Srs. Senadores; Sras. Senadoras; Sras. Deputadas; Srs. Deputados; imprensa aqui presente; senhoras e senhores; é com muita satisfação que participo desta solenidade de abertura



da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Congresso Nacional.

Início este novo ciclo com confiança e convicção de que seguiremos trabalhando com responsabilidade, espírito público e compromisso com a democracia.

O ano de 2025 foi de muitas conquistas. A Câmara aprovou a reforma do Imposto de Renda, concluiu a reforma tributária e aprovou a proteção de crianças e adolescentes em ambiente digital, o ECA Digital, além de tantas outras matérias nas áreas da segurança pública, economia e educação.

É um orgulho e uma responsabilidade presidir a Câmara dos Deputados no ano de seu bicentenário, celebração que reafirma seu papel essencial na construção de um Brasil mais justo, participativo e soberano.

Que 2026 continue sendo um ano de entregas ao País, atendendo sempre às expectativas da população, em sintonia com as ruas! E que nós, Parlamentares, sigamos transformando a esperança das pessoas em realidade!

Cabe a este Plenário, soberano e independente, perseguir esse caminho dia e noite, com votações de propostas de interesse do País, e fazer valer a prerrogativa constitucional do Congresso de destinar as emendas parlamentares aos rincões Brasil afora, que na maioria das vezes não estão aos olhos do poder público.

É pensando nisso tudo que teremos uma agenda intensa no primeiro semestre. Hoje mesmo devemos votar a medida provisória Gás do Povo, um tema crucial para o dia a dia dos brasileiros, uma proposta que beneficia mais de 15 milhões de famílias.

Logo após o carnaval, avançaremos com a PEC da Segurança Pública, um assunto de extrema preocupação por parte da maioria dos brasileiros. Esta Casa tem um compromisso com essa PEC. É nossa obrigação priorizar o combate à violência contra a mulher e principalmente o feminicídio, tudo isso feito em parceria com os demais Poderes, uma agenda que não pode mais esperar.

Devemos acelerar também o debate sobre a PEC da escala 6 por 1, com equilíbrio e responsabilidade, ouvindo trabalhadores e empregadores.

No plano internacional, merece destaque a assinatura, em janeiro último, do tão esperado acordo entre a União Europeia e o Mercosul, um marco histórico que inaugura uma etapa relevante de integração e de oportunidades para o Brasil. Caberá ao Congresso Nacional analisar o texto em sua íntegra, e aqui na Câmara dos Deputados daremos agilidade à discussão e aprovação desse acordo, que aguardamos há 26 anos.

A Câmara deve sempre estar na vanguarda do que acontece do lado de fora, no mundo. Por isso, queremos ainda apreciar o tema da inteligência artificial e nos debruçar sobre a matéria de incentivo aos serviços de *data center*, iniciativa



essa que abre janela relevante de investimentos no País.

Da mesma forma, vamos aprofundar as discussões sobre a relação entre trabalhadores de aplicativos e plataformas digitais, buscando conciliar produtividade, direitos e desenvolvimento. Essa tarefa é indispensável para preparar o Brasil para uma nova economia, baseada em tecnologia, em inovação e em investimentos sustentáveis.

Conto com os nobres pares para fazermos de 2026 um ano de serenidade, de firmeza institucional e de entregas concretas.

Senhoras e senhores, a Câmara dos Deputados seguirá sendo a Casa do povo brasileiro, atuando sempre com independência e em harmonia com os demais Poderes.

Muito obrigado.

Documento 2/4

2.2026	Sessão Ordinária - CD	03/02/2026-18:08
Publ.: DCD - 04/02/2026 - 149	Helder Salomão-PT -ES	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado contestou críticas ao Governo e afirmou que parte dos discursos na Casa ignorou indicadores sociais e econômicos recentes. Comparou o cenário com a gestão anterior, citando retorno ao Mapa da Fome, aumento da extrema pobreza, congelamento do salário mínimo e ausência de reajuste na merenda escolar. Defendeu que o Governo atual encerrou o terceiro ano com queda do desemprego e ampliou políticas públicas, mencionando programas de saúde, como Mais Médicos Especialistas e ações voltadas à saúde da mulher, além do Programa Pé-de-Meia na educação. Também citou recordes no Plano Safra da agricultura familiar, avanços na reforma tributária com alíquota zero para a cesta básica, igualdade salarial entre homens e mulheres, e os programas Luz do Povo e Gás do Povo. Também ressaltou a isenção e redução do Imposto de Renda para faixas de renda que incluíam a classe média. Por fim, apontou como prioridades para 2026, a tarifa zero no transporte coletivo, o fim da escala 6x1 e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública.

O SR. HELDER SALOMÃO (Bloco/PT - ES. Sem revisão do orador.) -



Obrigado, Presidente.

Eu fico ouvindo alguns discursos aqui e, sinceramente, fico bastante preocupado, porque me parece que alguns Parlamentares vivem uma realidade paralela. Alguns Parlamentares que me antecederam disseram que este Governo está deixando o povo mais pobre.

No Governo passado, o povo estava na fila do osso; o Brasil voltou para o Mapa da Fome; mais de 30 milhões de brasileiros foram colocados na extrema pobreza novamente; o salário mínimo ficou congelado por 6 anos; o valor da merenda escolar por aluno ficou 6 anos sem reajuste.

Agora é o Governo atual que quer que o povo fique mais pobre? Este Governo encerra o terceiro ano com o menor desemprego da série histórica, com o Programa Mais Médicos Especialistas, que está levando atendimento para os Estados brasileiros e para os Municípios, com a carreta da saúde da mulher, zerando as filas de especialistas. Este Governo criou o Programa Pé-de-Meia, que beneficia milhões de jovens com a bolsa do ensino médio. O Plano Safra da Agricultura Familiar bate recordes de investimento. A reforma tributária que nós aprovamos aqui, a partir de agora, passa a ser um instrumento de justiça tributária. E nós não podemos esquecer que votamos, no âmbito da reforma tributária, a alíquota zero para os produtos da cesta básica, embora seja necessário registrar que alguns Parlamentares votaram contra a alíquota zero para a cesta básica.

Nós votamos aqui nesta Casa a igualdade salarial entre homens e mulheres, que é um desafio enorme. Homens e mulheres cumprem as mesmas funções, e as mulheres recebem menos. Nós aprovamos também o programa Luz do Povo, que vai garantir energia elétrica de graça ou mais barata para 60 milhões de pessoas inscritas no CadÚnico.

Ontem nós votamos a Medida Provisória do Gás do Povo, que vai garantir gás de graça para 15,5 milhões de famílias brasileiras. Este é o Governo que está valorizando as famílias. E estão dizendo que nós estamos criando problemas para a classe média? Este Governo mandou para cá, e nós aprovamos, a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais e redução de Imposto de Renda para quem ganha de 5 mil a 7.350 reais, o que atinge em cheio a classe média, que vai deixar de pagar imposto.

Então, minha gente, nós iniciamos o último ano deste Governo comemorando, mas sabendo que ainda precisamos avançar. E vamos avançar, porque enquanto eles colocaram o Brasil de novo no Mapa da Fome, nós estamos reestruturando as políticas sociais e devolvendo a dignidade, a democracia e a soberania ao nosso povo.

Algumas pautas serão prioritárias neste ano: tarifa zero no transporte coletivo, fim da escala 6 por 1 e a votação da PEC da Segurança. Elas são fundamentais para o nosso País.



Muito obrigado.

Documento 3/4

8.2026	Sessão Ordinária - CD	24/02/2026-16:44
Publ.: DCD - 25/02/2026 - 103	Ivan Valente-PSOL -SP	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o chamado PL das Facções, que trancou a pauta da Câmara, e questionou a recondução do relator após sucessivas mudanças no texto. Afirmou que versões anteriores tentaram reduzir atribuições da Polícia Federal e alterar conceitos jurídicos, além de ampliar penas, o que, segundo ele, não enfrentaria o crime organizado, e declarou que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva deveria vetar a proposta. Também defendeu a priorização da PEC da Segurança Pública, com integração entre forças federais, estaduais e municipais, foco em inteligência e combate financeiro às organizações criminosas.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parece que vamos votar hoje o PL das facções, que está trancando a pauta. Lamento que o Presidente da Casa tenha designado novamente como Relator o Deputado Derrite, que apresentou seis versões do relatório, e várias caíram. Eu quero me referir a elas. Ele queria tirar totalmente o poder da Polícia Federal, inclusive cortar verbas, submeter a Polícia Federal a Governadores e Prefeitos — veja V.Exa. — e às Polícias Cíveis no Brasil. Ele queria anular a Polícia Federal. Encontrou uma enorme barreira e voltou atrás. Depois ele queria usar o termo "terrorista". Ele não sabe que, num país que admite que o terrorismo seja um problema em seu território, não pode, no caso, haver operações financeiras. Muda-se todo o quadro internacional. Ele inventou a expressão "organização ultraviolenta". O que é organização ultraviolenta? Não dá para saber. Poderia ser superviolenta, hiperviolenta. O intuito era tirar o termo "terrorismo".

Eles não têm proposta. A única meta que eles têm é jogar as penas lá para cima, estabelecer pena de 62 anos, de 40 anos, somar as penas em relação a tudo, porte de fuzil, porte de drogas. Tudo vai se somando, como se isso adiantasse. Na verdade, isso serve para encher cadeia, causar impacto econômico e nenhum impacto real na vida das pessoas e na segurança da população, gente!

Deveríamos ter votado antes a PEC da Segurança Pública. Por quê? Porque se



queria, com a PEC da Segurança Pública, criar algo federativo, um esforço federativo, com a participação da Polícia Federal, das polícias estaduais, das Guardas Municipais. E com o quê? Com inteligência! Com perícia, que eles não querem fazer também! Com articulação dos entes federados, muita informação e, principalmente, asfixia econômica das organizações criminosas! Marcola, do PCC, o chefe do Comando Vermelho e outros continuam mandando, e estão presos, cumprindo pena de 45 anos de cadeia, de 30 anos de cadeia. Não se resolve nada porque não há inteligência. Muita coisa também está relacionada às milícias, como a que matou Marielle Franco no Rio de Janeiro.

Então, primeiro, deveria ter sido votada a PEC da Segurança Pública. Segundo, deve-se considerar que só a PEC das facções não adianta. A expressão "organização ultraviolenta" quer dizer mais penas. É isso que resta ao Relator. E o Relator quer ficar só com isso. Está errado. Ele quer acabar com a prisão preventiva. Ela é para todo mundo, é suficiente, é para qualquer crime, por qualquer tempo. A audiência de custódia passou a ser realizada por meio televisivo. O preso não tem mais direito de falar diretamente com o seu advogado.

Na verdade, Presidente, tudo isso mostra que deveríamos manter a proposta do Senado, que melhorou muito a proposta anterior. Ela veio para a Câmara, que a piora. Por isso, o Presidente Lula vai ter que estabelecer vetos.

Isso é um atraso de vida na área de segurança pública. Nós estamos aqui para defender vidas, inclusive a dos policiais. Ainda existe gente que não quer que os policiais usem câmera corporal. Naquele massacre no Rio de Janeiro, todos aqueles policiais ficaram sem bateria. O Governador de São Paulo e o então Secretário Derrite também eram contra o uso dessas câmeras.

(Desligamento do microfone.)

Documento 4/4

10.2026	Sessão Ordinária - CD	25/02/2026-16:20
Publ.: - -	José Nelto-UNIÃO -GO	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado parabenizou a condução da votação do Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, o chamado Projeto Antifacção, considerado uma medida no enfrentamento ao crime organizado no Brasil. Em seguida, solicitou que fosse pautada a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, a PEC da Segurança Pública, apresentada como demanda de interesse nacional. Destacou a relevância do debate sobre o tema para o fortalecimento das políticas de segurança e para a resposta institucional às preocupações da população.



Reforçou o pedido para que a proposta fosse levada à discussão no Plenário, mencionando a expectativa de avanço legislativo na área.

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/UNIÃO - GO. Pela ordem.) - Sr. Presidente, eu quero parabenizar V.Exa. que colocou ontem em votação o PL antifacção. Foi uma vitória desta Casa contra o crime organizado no Brasil. Eu quero fazer um apelo ao Deputado, Presidente desta Câmara, Deputado Hugo Motta, que coloque em discussão também outra matéria de interesse do povo brasileiro, que é a PEC da Segurança Pública. V.Exa. vem tratando esse assunto de segurança pública com muita seriedade à frente da Câmara dos Deputados. É um apelo que eu faço em nome do povo goiano, em nome do povo brasileiro, coloque em votação a PEC da Segurança Pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente, peço que meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.
